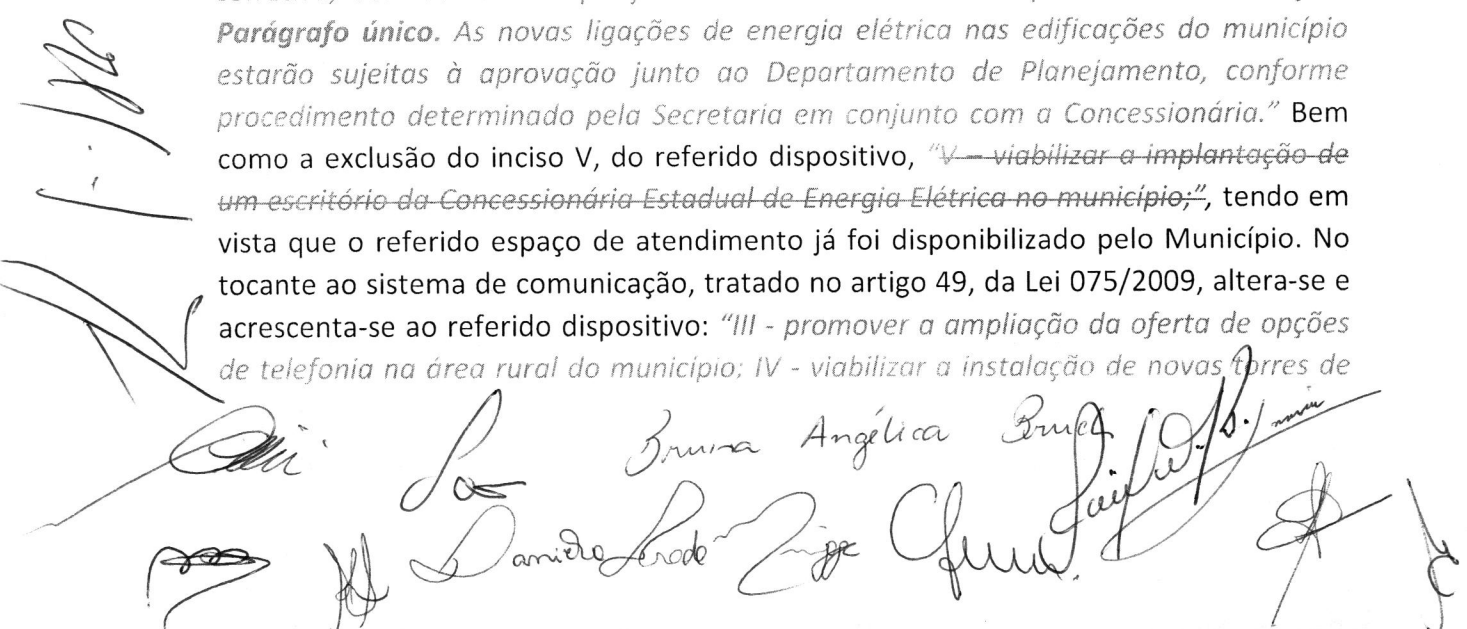


Aos dias 28 de julho de 2021, aberta a 3ª reunião de revisão do Plano Diretor, diante da programação dos eixos temáticos de discussão para análise, neste momento, do tema Infraestrutura e Mobilidade - art. 44 ao 51 da Lei 075/2009. Como primeiro ponto, sugeriu-se acrescentar ao artigo 44, para atualização do artigo e lei no tocante ao abastecimento de água, os seguintes incisos: "IV - orientar e fiscalizar as ações e atividades poluidoras que possam prejudicar a qualidade da água usada para abastecimento público, priorizando os pontos à montante de captação de água para abastecimento público; V - incentivar projetos e programas que contemplem a reutilização da água; VI - realizar estudos técnicos visando melhorar o abastecimento de água do município; VII - criar Fundo Municipal de Saneamento, a fim de garantir investimentos que visem melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgoto; VIII - investir continuamente na operação, manutenção, ampliação e modernização dos Sistemas de Abastecimento de Água; IX - estruturar tecnicamente o departamento responsável pela água e esgoto; X - viabilizar ponto de atendimento para serviços relacionados à distribuição de água; XI - realocar, quando tecnicamente viável, a rede de distribuição de água localizada na pista das estradas e ruas e, implantar no passeio público; XII - definir, por meio de lei específica, os critérios de análise e exigências para o loteador, quando de novos loteamentos.". Quanto ao esgotamento sanitário, artigo 45, a sugestão é para acréscimo da exigência de limpeza periódica dos sistemas individuais de tratamento de esgoto, bem como da criação de programa permanente que trata sobre educação socioambiental. Analisando o artigo 46, da Lei 075/2009, tratando sobre drenagem urbana, nenhuma alteração ou inclusão foi sugerida. Com relação aos resíduos sólidos, artigo 47, da Lei 075/2009, a sugestão é para que seja incluído ao referido dispositivo: "V - assegurar o cumprimento das exigências previstas na Política Nacional dos Resíduos Sólidos; VI - exigir a elaboração e fiscalizar o cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), quando aplicável. VII - dar continuidade ao programa de educação socioambiental.", bem como para que junto ao inciso III, seja excluída a palavra "urbano", uma vez que o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos abrange toda a área urbana e rural do município. Tratando sobre o tema Abastecimento de Energia Elétrica, previsto no artigo 48, sugeriu-se o acréscimo dos seguintes pontos: "V - garantir a manutenção preventiva e corretiva, bem como a ampliação e melhoria dos sistemas públicos de iluminação. **Parágrafo único.** As novas ligações de energia elétrica nas edificações do município estarão sujeitas à aprovação junto ao Departamento de Planejamento, conforme procedimento determinado pela Secretaria em conjunto com a Concessionária." Bem como a exclusão do inciso V, do referido dispositivo, "~~V - viabilizar a implantação de um escritório da Concessionária Estadual de Energia Elétrica no município;~~", tendo em vista que o referido espaço de atendimento já foi disponibilizado pelo Município. No tocante ao sistema de comunicação, tratado no artigo 49, da Lei 075/2009, altera-se e acrescenta-se ao referido dispositivo: "III - promover a ampliação da oferta de opções de telefonia na área rural do município; IV - viabilizar a instalação de novas torres de

A block containing several handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are written over the bottom portion of the typed text and extend across the width of the page.

internet para todo o município; VI - garantir a aplicação da Lei Municipal nº. 0967/2021, ou outra que venha a substituí-la, a qual define critérios e parâmetros urbanísticos para implantação de infraestrutura de telecomunicações.". Sem sugestões de alteração do artigo 50 da Lei 075/2009, que trata sobre a Política Municipal de Mobilidade e de Acessibilidade. Analisando ainda o referido tema, restou sugerida, por fim, a exclusão dos seguintes pontos junto ao artigo 51: "~~VI - viabilizar a pavimentação da via principal da localidade de Serril; [...] VII - criar programas de incentivo à manutenção das beiras das estradas municipais (roçadas);~~", bem como o acréscimo do inciso X, para que seja definida, através de lei específica, a padronização de passeio do Município de Braço do Trombudo. Nada mais foi questionado, discutido ou sugerido. Os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial presentes restaram comunicados acerca da data da próxima reunião, a ser realizada no dia 04.08.2021, às 9h, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, para tratar sobre o tema Desenvolvimento Social - art. 19 ao 32, da Lei 075/2009. Estavam presentes na presente data: Luciano Felipe Weiss, Joselito Smanioto, Iara Karine Zimmermann de Souza, Giovanni Carneiro da Silva Santana - Membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial. Presentes o Sr. Jessé Valente de Liz, a Sra. Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz e a Sra. Mara Eliza Schaade, membros da Comissão Técnica, bem como a engenheira química do Município, Sra. Calani Franz Muller, a estagiária do setor de planejamento do Município de Braço do Trombudo, Bruna Angélica Bruch, a Secretária da Saúde e Assistência Social, Sra. Daniela Prada Mugge, a Secretária da Educação, Sra. Monica Dalila Sell Dalmarco e a Assessora Jurídica do Município, Djennifer Evandra Santos.

Braço do Trombudo, 28 de julho de 2021.


Bruna Angélica Bruch
Daniela Prada Mugge
JENNIFER E. SANTOS
7/1 - 17